

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

DIENE SARA LIMA GOMES

**OS PROBLEMAS CULTURAIS E SOCIAIS ENFRENTADOS PELAS
ESCOLAS DA ZONA RURAL**

PARNAÍBA
2011

Biblioteca UESPI - PHB
Registro Nº M649
CDD 362.042
CUTTER G 633p
V _____ EX. _____
Data 02 102 112
Visto _____

Catálogo na Fonte

Setor de Processos Técnicos da Biblioteca Central - UESPI

G633p GOMES, Diene Sara Lima

Os Problemas Culturais e Sociais Enfrentados Pelas
Escolas da Zona Rural./Diene Sara Lima Gomes -- Parnaíba,
2011.
44p.

Monografia Apresentada ao Curso de Licenciatura Plena
em Pedagogia – Universidade Estadual do Piauí, 2011.

Orientador: Prof. Especialista, Francisco Muniz Maranguape.

01. Educação, 02. Campo, 03 Cultural, 04. Social.

CDD - 362.042
370.193

DIENE SARA LIMA GOMES

**OS PROBLEMAS CULTURAIS E SOCIAIS ENFRENTADOS PELAS
ESCOLAS DA ZONA RURAL**

Monografia submetida à Universidade Estadual do
Piauí, como parte dos requisitos para obtenção do título
de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Professor Mestrando Francisco Muniz
Maranguape

Aprovação em ___/___/___

Banca Examinadora

Nome do Professor (a) Examinador(a) (orientador)
Titulação do Examinador (a)

Nome do Professor (a) Examinador (a)
Titulação do Examinador (a)

Nome do Professor (a) Examinador (a)
Titulação do Examinador (a)

Dedico o presente trabalho a todas as pessoas que me ajudaram direta e indiretamente para a realização do mesmo, e de maneira especial aos meus filhos Josué e Jessé por terem sido minha maior motivação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo o que tem feito. Pela minha vida, pelos maiores presentes que ele poderia me dar: Josué e Jessé, meus filhotes. Pela força nos momentos difíceis, pelo carinho dos meus familiares em especial minha querida avozinha que sempre me mostrou a importância da educação, pelo companheirismo de meu esposo Jesus. Por colocar em meu caminho pessoas especiais como meu amigo Fernando. E acima de tudo agradeço por tudo o que Deus ainda fará. Amém! Gloria a Deus!

maior motivação.

“Tudo é possível aquele que crer.”

Filipenses 4,13

RESUMO

A educação é fundamental para os seres, pois é através dela que adquirimos conhecimento e este por sua vez produz “libertação”. A libertação da ignorância, de tradições supersticiosas e desnecessárias. No entanto, se não é dado o valor necessário a educação, a mesma se torna ineficaz. Os problemas culturais e sociais enfrentados pelas escolas da zona rural é a temática estudada por este trabalho, o qual foi realizado com o intuito de se mostrar que os maiores problemas das escolas rurais não são apenas os que estão relacionados ao sistema educacional, a questões financeiras e pedagógicas, mas mostrar que existem outros problemas que vão além dos já mencionados, os quais estão relacionados a questão cultural e são difíceis de serem superados pois vão ao longo do tempo tomando consistência. Devido aos trabalhos pesados, principalmente na lavoura, a falta de perspectiva, e principalmente a falta de apoio e incentivo da família. As crianças e adolescentes se sentem desmotivados para o estudo, muitos preferem ir trabalhar na lavoura a ir para a escola, alegando que ganharão mais. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de campo realizada em três escolas da zona rural de Parnaíba, duas de educação infantil e ensino fundamental, e uma que oferta o ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos –EJA. O mesmo se deu no sentido de observar de que maneira as escolas rurais são afetadas pelos problemas sociais e culturais, quais medidas estão sendo tomadas para superar esses problemas, quais as origens desses problemas e de que modo tais problemas interferem no processo de ensino e aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVES:Educação;Campo;Cultural;Social;Problemas.

ABSTRACT

Education is fundamental to humans, because through it we gain knowledge and this in turn produces "liberation." Freedom from ignorance, superstitious and unnecessary traditions. However, if is not given the necessary value for education, it becomes ineffective. This is the issue investigated by this work, it was conducted in order to show that the greatest problems of rural schools are not just those related to the educational system, to financial and educational issues, but to show that there are other problems that beyond those already mentioned, which are related to cultural issues and are difficult to overcome as they will over time taking consistency. Due to heavy works, especially in agriculture, lack of perspective, and especially the lack of support and encouragement from family. Children and teens feel unmotivated to study, many prefer to work in the fields than to go to school, claiming that they will earn more. The present work is a field research conducted in three schools in rural zone of Parnaíba, two of early childhood education and elementary school, serving children aged from three to fifteen years of age, and another early childhood education and elementary education school working with children from three to fourteen years and modality of Youth and Adult Education (EJA). The same occurred in order to observe how rural schools are affected by social and cultural problems, overcome these problems, which the origins of these problems and how such problems interfere in the process of teaching and learning.

KEYWORDS: Education; Field; Cultural; Social.

INTRODUÇÃO

As escolas rurais enfrentam diariamente muitas dificuldades. Algumas relacionadas a problemas sociais e econômicos e outras a problemas culturais, mas todas essas dificuldades existem por causa do descaso com que foi tratada durante muito tempo. Como a escola implantada nas áreas rurais das cidades foi uma escola com ideário totalmente urbano, houve desde o início um “choque” de aspirações e interesses. Isso aconteceu devido a maneira como o povo campo era visto.

Infelizmente nas escolas rurais a qualidade sempre foi questionável, mesmo após muitos anos de lutas e discussões sobre a necessidade de melhorias na qualidade da educação que é ofertada para a população do campo, ainda vemos na grande maioria dessas comunidades escolas mal estruturadas, com prédios velhos, merenda insuficiente e de procedência duvidosa, professores mal remunerados e sem formação adequada.

Como podemos perceber as pessoas que moram no campo receberam como legado uma educação ineficiente, originada devido a grande preocupação do governo brasileiro em conter o êxodo rural, que estava levando milhares de pessoas para os grandes centros, deixando assim as cidades superlotadas; e não com o bem estar desse povo, muito menos com o intuito de melhorar as condições de vida do morador do campo.

O presente trabalho consiste em uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, tendo como objetivo analisar os grandes problemas culturais e sociais enfrentados pelas escolas rurais, de que maneira eles interferem na aprendizagem das crianças e na maneira como esses problemas são refletidos no modo de vida das pessoas. Investigamos também como o poder público tem tratado a escolarização no campo, Como as leis contemplam a educação no campo e quais medidas estão sendo tomadas para a sanar a enorme dicotomia existente na maneira como é tratada a escola rural e a urbana .

A metodologia utilizada foi através de um levantamento bibliográfico, ou pesquisa bibliográfica, que é o primeiro passo da pesquisa de campo. Alguns autores contribuíram de maneira especial para uma maior reflexão sobre a problemática, são eles Miguel Arroyo e Salete Caldart. Para o levantamento de dados utilizamos o questionário e a observação.

A presente monografia esta dividida em três capítulos. No primeiro capítulo abordamos o percurso metodológico que se deu para a realização da pesquisa, dando o conceito de pesquisa segundo os teóricos: Maria Luci de Mesquita Prestes, Pedro Demo e Maria Cecília de Souza. Falando sobre a pesquisa qualitativa, a qual foi escolhida para a

realização desse trabalho, os instrumentos utilizados, os quais foram: questionário e observação. No questionário foram usadas questões abertas e a observação foi realizada em três escolas da zona rural do município de Parnaíba e ocorreu durante os meses de março, abril e maio de dois mil e onze.

No segundo capítulo intitulado Escolas rurais : desafios e possibilidades, falamos sobre o conceito de rural, sobre a história da educação rural no Brasil, como, quando e porquê originou-se, falamos também a respeito das dificuldades vividas pelas escolas rurais, mencionamos a maneira como o poder público tem marginalizado a educação no campo. Mostramos as constituições brasileiras, as leis de diretrizes e bases da educação e como estas leis foram sendo modificadas ao longo do tempo até contemplarem a educação do campo. Citamos também a primeira conferência Nacional “Por uma educação básica do campo” realizada em 1998, como esta foi importante para uma reflexão profunda sobre a educação rural. A criação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica no Campo, estruturadas após longas discussões. Falamos sobre alguns dos desafios que as escolas no campo enfrentam entre esses: evasão escolar, distorção idade série, analfabetismo, gravidez na adolescência, trabalho infantil, educação descontextualizada, falta de participação dos pais, alguns dos desafios dessas escolas, após discorrermos a respeito das políticas públicas que se fazem tão necessárias à essas escolas. Para isso nos baseamos em alguns teóricos como Caldart (2002), Arroyo (1982 ,2001 e 2005), Cerioli (2002) , Quirino(1960) entre outros.

No capítulo terceiro mostraremos os dados coletados a partir dos questionários aplicados e da observação realizada, fazemos uma análise embasada na literatura estudada durante a realização deste trabalho. Após são feitas as considerações finais a respeito da problemática estudada, encerrando assim esse trabalho.

CAPITULO I

PERCURSO METODOLÓGICO

Iniciamos o primeiro capítulo desse trabalho discorrendo sobre o conceito de pesquisa, logo após falamos sobre o tipo de abordagem utilizada, mostramos o perfil das colaboradoras desse trabalho, o contexto empírico em que as escolas pesquisadas estão inseridas, os instrumentos utilizados, e em seguida maiores considerações sobre os mesmos. Utilizamos nesse trabalho a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e a observação.

1 Conceito de Pesquisa

Segundo Prestes (2003, P.54) pesquisa é um conjunto de atividades, que tem como finalidade descobrir novos fatos ou dados, em qualquer campo do conhecimento. Ela investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem. Essa atividade sempre é feita com base em observação, reflexão e também de forma sistêmica, buscando encontrar soluções e primando sempre pela verdade.

De maneira filosófica Minayo (1993, p.23) diz :

Pesquisa é a atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade, de aproximação sucessiva da realidade, que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Já para Demo (1996, p.34) consiste em uma atividade do cotidiano "questionamento sistemático crítico, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com realidade em sentido teórico e prático."

1.1 Pesquisa Básica

A presente pesquisa consistiu em uma pesquisa básica, ou seja, visou apenas a aquisição de conhecimentos sobre a problemática estudada, não houve uma aplicação prática prevista.

1.2 Abordagem Qualitativa

Quanto à forma de abordagem, nossa pesquisa é classificada como qualitativa, ou seja, é descritiva, as informações aqui obtidas não podem ser quantificáveis e os dados obtidos são analisados indutivamente. Essa pesquisa não pode ser traduzida em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo desse tipo de pesquisa. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. A interpretação é ferramenta basal nesse tipo de pesquisa.

Segundo Chizzotti (2003, p.79), a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

1.3 Colaboradoras da Pesquisa

Colaboraram com a pesquisa quatro pedagogas que serão identificadas nesse trabalho como professoras: "A", "B", "C" e "D".

A professora "A" tem 30 anos de idade, é formada em licenciatura plena em pedagogia, trabalha há seis anos como gestora em uma escola localizada em um assentamento do Movimento Sem Terra – MST. A mesma permanece seis anos em um cargo que deveria ser rotativo e que o tempo máximo de permanência no mesmo deveria ser de quatro anos. Isso é muito comum e ocorre quando a gestora ou gestor é colocado no cargo através de apadrinhamento político e não pela eleição, o que infelizmente acontece com frequência, no município onde foi realizada a pesquisa. O modo legal para se tomar posse desse cargo deveria ser a eleição, modo como reza a lei municipal.

A professora "B" tem 31 anos de idade, é pedagoga recém formada, tendo ingressado no cargo há uns dez anos apenas com diploma do curso de magistério oferecido pelas extintas "Escolas Normais", através de concurso público, trabalha quarenta horas, sendo vinte horas em uma escola na cidade e vinte horas em uma escola da zona rural.

A professora "C" tem 45 anos de idade, é pedagoga com especialização em supervisão escolar está a cinco anos, na coordenação do programa escola ativa, programa esse que trabalha diretamente com escolas rurais onde as salas são multisseriadas. Vale ressaltar, que o cargo acima mencionado foi concedido por indicação e não por concurso ou qualquer outro tipo de seleção.

Por exercer um cargo dessa importância, a mesma já participou de vários cursos de formação, voltadas para educação do campo.

A professora "D" tem 29 anos, é pedagoga, possui uma especialização em docência do ensino superior e outra em supervisão escolar. Trabalha para a secretária de educação de Parnaíba a sete anos desses, três anos como professora dos anos iniciais, mas precisamente no 1º e 2º ano, os outros quatro anos restantes foram a frente da escola como gestora devidamente eleita pelos pais e funcionários.

1.4 Contexto Empírico

A pesquisa foi realizada em três escolas públicas municipais de Parnaíba, as quais serão denominadas escolas "A", "B" e "C". A escola "A" oferece o ensino fundamental do 1º ao 9º ano e educação infantil, atendendo portanto crianças de 3 a 15 anos de idade. A referida escola tem 46 alunos matriculados, sendo que a frequência chega a quase 100 por cento. A escola "A" está localizada no km 16, mas precisamente dentro das plantações do projeto dos Tabuleiros Litorâneos. A gestora da instituição acima citada não é funcionária efetiva da prefeitura conseguiu o cargo através de políticos.

A escola "B" oferece o ensino fundamental do 1º ao 9º, educação infantil e também a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, atendendo crianças de 3 a 14 anos de idade e adolescentes, jovens e adultos que por um ou outro motivo não puderam estudar na idade própria. Está localizada em um assentamento do Movimento sem Terra e fica perto dos canais de irrigação do projeto dos Tabuleiros Litorâneos, possui 80 alunos distribuídos nos turnos manhã, tarde e noite; da mesma forma que a outra essa escola possui uma gestora que foi nomeada através de apadrinhamento político.

A escola "C" também oferece educação infantil e ensino fundamental, está localizada na BR 343 e embora em perímetro considerado urbano atenda 120 crianças nos turnos manhã e tarde, que moram no perímetro rural. Essa escola diferente das demais tem a grande maioria de seus alunos morando muito longe da escola por isso depende do transporte escolar para que tenha aula, pois muitas as crianças nos moram em lugares muito distantes. A gestora é efetiva trabalhou quatro anos como professora, e foi devidamente eleita pelos pais e funcionários para ocupar o cargo em que está.

1.5 Pesquisa Bibliográfica

Utilizamos em nosso trabalho a pesquisa bibliográfica, ou seja, pesquisamos o que outras pessoas já escreveram sobre o assunto estudado, lemos o que muitos teóricos dizem a respeito do assunto, seus questionamentos, inquietações e verdades encontradas. Vemos as diferentes maneiras como cada um aborda a problemática, isso nos possibilitou então uma análise mais profunda.

A pesquisa bibliográfica é algo que acrescenta muito ao trabalho, pois a medida que lemos a respeito um determinado assunto pela ótica de varias pessoas , podemos fazer um julgamento mais preciso da temática em questão. Observamos o quanto a pesquisa bibliográfica foi necessária para a realização desse trabalho, e o quanto ela se faz necessária para a realização de qualquer trabalho.

Lemos vários autores mais alguns em especial contribuíram para uma maior reflexão e compreensão da problemática estudada são eles : Gonzalez Arroyo e Salete Caldart e alguns documentos nos trouxeram mais esclarecimentos a respeito das leis para a educação no campo como as Diretrizes operacionais para a educação no campo, a Lei de diretrizes e Bases da educação e a Constituição de 1988.

1.6 Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo é realizada após o estudo bibliográfico, para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto, pois nesta etapa ele vai definir os objetivos da pesquisa, as hipóteses, definir qual é o meio da coleta de dados, tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados. (MARCONI E LAKATOS, 1996 p.76)

A pesquisa utilizada nesse trabalho é classificada como exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou construir hipóteses. Envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências praticas com o problema pesquisado; analise de exemplos que estimulem a compreensão e segundo Gil 1991 p.43, tem' como finalidade aprofundar o conhecimento do pesquisador sobre a problemática estudada. Como método de coleta de dados, utilizamos o questionário e a observação.

Segundo Ruiz (2002, p.28) a pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises. Esta espécie de pesquisa não permite o

isolamento das variáveis supostamente relevantes, mas permite o estabelecimento de relações constantes entre determinadas condições -variáveis independentes- e determinados eventos – variáveis dependentes-, observadas e comprovadas.

1.6.1 Questionário

Consiste em um conjunto de perguntas que devem ser respondidos por escrito pelo informante. O questionário deve ser objetivo, limitado em extensão.

Estão classificados em:

- Estruturado não disfarçado;
- Não estruturado;
- Não estruturado disfarçado;

Parassuraram (1991, p.25) afirma que construir questionários não é uma tarefa fácil e que aplica tempo e esforço adequados para a sua construção.

O questionário utilizado no referido trabalho foi elaborado depois de muita leitura e alguns pontos salientados pela grande relevância.

O tipo de questionário usado pelo pesquisador foi com questões abertas. Esse tipo de questionário permite uma maior coleta de dados, os entrevistados não são influenciados pelo entrevistador, nem por perguntas com respostas pré-determinadas, o entrevistado é livre para dissertar sobre o problema. Sua elaboração é mais fácil. Além disso, os questionários com questões abertas estimulam a cooperação, permitem avaliar melhor as atitudes para análise das questões estruturadas, cobrem pontos além das questões fechadas e exigem menor tempo de elaboração

As questões abertas possuem, no entanto, alguns contras como, uma leitura incompreensível devido a uma má caligrafia, dá margem à parcialidade do entrevistador e são menos objetivas.

O questionário foi elaborado depois de uma extensa pesquisa bibliográfica. Na elaboração observamos alguns cuidados como linguagem clara de fácil compreensão e termos técnicos conhecidos. Levamos em consideração a importância das perguntas para a pesquisa, considerações como: conhecimento do assunto pelos entrevistados, Capacidade de argumentar sobre o tema de maneira clara e experiência relativa ao tema.

Quanto a distribuição dos questionários, foram entregues a quatro professoras, sendo duas de uma mesma escola. Todos os questionários foram devolvidos no prazo determinado.

1.7 Observação

Segundo Barbetta (1999 p.36) a observação é utilização dos sentidos na obtenção de dados de determinados aspectos da realidade.

O tipo de observação utilizada na realização da pesquisa foi a observação na vida real, a qual consiste no registro de dados a medida que ocorrem.

As observações foram feitas durante alguns meses. Como a pesquisadora é professora de uma escola localizada na zona rural e todos os dias no caminho, antes de ir para a escola em que trabalha ,passa por várias escolas rurais essa parte da pesquisa consistiu em uma tarefa de fácil execução.

A observação foi feita com base nos seguintes pontos:

- Problemas culturais mais presentes.
- Problemas sociais mais presentes.
- Influencia desses problemas na aprendizagem das crianças.
- O que a comunidade esta fazendo para superar esses problemas.
- Medidas tomadas pela escola para amenizar esses problemas.

1.8 Categorias de Analise

A análise dos dados foi subdividida em categorias para melhor compreensão, veja a seguir:

-Problemas culturais e sociais enfrentados pelas escolas campo.

-Maneira como as escolas rurais lidam com esses problemas.

-Influenciam dos problemas culturais e sociais no processo ensino-aprendizagem e no modo de vida dos moradores das comunidades rurais.

-Valorização da escola pelas comunidades rurais

organizar a escola, nem dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e manutenção de uma escola em todos os níveis com qualidade.

Temos o conhecimento que os problemas da educação no Brasil não estão apenas na zona rural, eles estão em todos os lugares inclusive nos grandes centros. No entanto no campo a situação demanda mais atenção devido à realidade social, ambiental e econômica já serem bastante desfavoráveis e por causa do grande descaso com que foi tratada e a maneira discriminatória com que sempre foi vista. Podemos perceber a maneira errônea como por muito tempo foi tratada a educação do campo nas palavras de Quirino (1960, p.67): “o campo é uma divisão sociocultural a ser superada, e não mantida”.

Com a reação da população a ditadura os movimentos sociais ganham muita força, assumindo um caráter de luta pela democracia, pela liberdade, pela conscientização popular.

Apenas partir da década de 1990 a reflexão acerca da educação no meio rural ganha maior importância, visando a valorização do modo de vida, do território, da cultura do homem do campo nos currículos escolares, como meio de auxiliá-lo no desenvolvimento de suas capacidades físicas e mentais, preparando-o para exercer uma participação ativa e transformadora em todas as instancias da vida.

1.2 O conceito de rural

Furtado (2006, p. 47) afirma “o conceito de rural em oposição ao urbano no Brasil teve até 1970 sua expressão máxima, significando a diferença entre o atraso e o moderno...”. Viver nas cidades significava estar em contato com o que havia de mais moderno, avançado, ao contrario, viver no campo significava ser ignorante, viver no atraso.

As más condições das escolas da zona rural, no que diz respeito à própria educação (metodologia, material didáticos...) e infra-estrutura, deve-se também ao fato de que se tem criado a ideologia de que o sujeito do campo não necessita de tanta instrução, pois trabalhar com a enxada, por exemplo, requer apenas esforço físico, não havendo a necessidade de raciocinar, questionar, mas apenas manusear os instrumentos e saber utilizar a terra. Daí o fato de vermos rotineiramente a educação do campo oferecida inadequadamente e de maneira contextualizada. Percebemos então nessa ideologia uma postura elitista, de uma sociedade capitalista.

Isso é enfatizado por Arroyo:

[...] É urgente pesquisar as desigualdades sofridas pelo povo do campo. Desigualdades econômicas, sociais que tem sua origem na educação escolar. Sabemos como o pertencimento social, do campo é decisivo nessas desigualdades históricas. Há uma dívida histórica, mas há também a dívida do conhecimento dessa dívida.(2002,p.46)

1.3 Origem da Escolarização no Campo

Problemas culturais e econômicos enfrentados pelas escolas da zona rural são mais facilmente percebidos quando temos o conhecimento que a escolarização do homem do campo teve início durante a guerra fria quando se instalou uma concepção de mercado que procurava ampliar o número de consumidores. E por conta da disputa entre as potências mundiais (na época Estados Unidos e União Soviética), muitos países foram aderindo a uma das políticas e junto com a adesão vinha o pacote de proposições educacionais para serem implantadas em cada país. No caso do Brasil, optou-se por uma educação com currículos e metodologias fundamentadas no ideário norte-americano, numa perspectiva de afirmação essencialmente urbana. Durante o processo de industrialização do país, os moradores do campo começaram a ir para os grandes centros em busca de melhores condições de vida e melhores empregos. Acreditavam poder encontrar nas cidades uma educação de qualidade para seus filhos, buscando assim também igualdade de direitos e condições.

“A luta do homem do campo pela escola, pela instrução de seus filhos, se situa neste contexto de conquista de um direito, ou mínimo de igualdade de oportunidades, sendo uma forma de defender de uma ignorância que percebe estar vinculada à situação de exclusão, Política e econômica. Conseqüentemente a luta pelo saber vai se tornando um ato público. Os programas de educação que podem atender ou negar esta reivindicação serão uma resposta ou uma negação antes de tudo de natureza política. (Arroyo 1982, p5)

A partir de 1930, a escolarização para o trabalhador do campo foi inserida com o intuito de conter o êxodo rural provocado justamente pelo processo de industrialização que no momento estava em alta no país. Acreditou-se que levando a escola até o morador rural este não sairia do campo. As cidades estavam ficando abarrotadas e começaram a surgir problemas relacionados à saúde, a agricultura foi sendo deixada de lado, e esses eram problemas que precisam ser resolvidos. Então começaram a ser criadas escolas nessas comunidades, escolas modestas sem infra estrutura adequada, mas que para os maiores da época estava de bom

tamanho, já que o público alvo era ingênuo e fácil de ser enganado. O objetivo da escola era na verdade “prender” o povo e não de libertá-lo.

1.4 A Educação do Campo e as Ideias Assistencialistas

Logo após a guerra durante o processo de industrialização e urbanização, se buscavam pessoas conhecedoras da leitura e escrita. Devido o processo de industrialização e a necessidade de pessoas habilitadas, o Brasil fez um convênio assistencialista com os Estados Unidos da América-EUA. O objetivo desse convênio seria a educação dos povos do campo, a qual se daria através de debates e palestras, prioriza-se nas discussões a educação. Buscava-se para as áreas rurais desenvolvimento econômico social, tudo isso seria de suma importância para o desenvolvimento do país. Segundo Leite o principal objetivo era:

[...] o combate à carência, à subnutrição e às doenças, bem como à ignorância e a outros fatores negativos dos grupos empobrecidos do Brasil, principalmente aqueles que integravam a sociedade rural, classificados como desprovidos de valores, de sistematização de trabalho ou mesmo de capacidade para as tarefas socialmente significativas. (LEITE, 2002, p. 34).

Este programa de cunho assistencialista, visava mostrar as pessoas do campo, que eram incapazes e atrasadas, através de um modelo capitalista de dependência político-ideológica que não respeitava os saberes das pessoas deste meio e o justificavam alegando ser desenvolvimento agrário.

Coutinho (2008), coloca que na década de 50 consolida-se ainda mais a aliança entre Brasil e EUA, através da criação da Campanha Nacional de Educação Rural e do Serviço Social Rural, desenvolvendo projetos de desenvolvimento rural com foco na educação informal, essa atitude era mais um mecanismo de controle do êxodo e da pobreza, evitando possíveis movimentos contestatórios. Por isso, os movimentos não tiveram direito de fazer reivindicações, No entanto, as iniciativas do governo não impediram o êxodo rural na década de 60.

Mesmo com todos tantos pontos contra houve grandes movimentos como resposta ao estatismo informal da educação no campo. Iniciaram-se também a luta pela reforma agrária e pela educação de base, contra os convênios dos governos do BRASIL/EUA. Para a educação no campo essa época ficou marcada pelas intenções urbanas.

2 As Leis e a Educação no Campo

A educação no campo sempre foi colocada a margem, pois sempre priorizou-se a educação nas escolas urbanas. Apenas depois de muitos anos de lutas e discussões conseguiu-se através da criação de algumas leis e modificação de outras contemplar a educação rural.

Com a constituição de 1988, o Brasil aprovou políticas de direitos educacionais, e mais tarde, o surgimento das Leis de Diretrizes e Bases da educação nacional, LDB a saber, a lei 9394/96. Durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, o plano nacional de educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN'S proporcionaram uma reflexão sobre uma educação transformadora e de qualidade para todos, inclusive para o homem do campo. Educação essa que respeitasse cada indivíduo no contexto em que este inserido.

Podemos confirmar esse fato nas palavras de Caldart (2002, p.26) “[...] o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive..., uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação vinculada á cultura e as necessidades humanas.”

2.1 A Constituição Brasileira e a Educação Rural

A constituição de 1934 “expressa claramente os impactos de uma nova relação de forças que se instalou na sociedade a partir das insatisfações de vários setores cafeicultores, intelectuais, classes médias e até massas populares urbanas” (Cerioli,2002 p.37). Através desta lei veio a responsabilidade para União destinar recursos para a educação rural, tornando-a legal no artigo 156 diz que:

A união, os Estados e os municípios aplicarão nunca menos de dez por cento e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento dos sistemas educativos.

Parágrafo único. Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará, no mínimo vinte por cento das cotas destinadas a educação no respectivo orçamento atual (Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo, 2002,p.11)

A constituição de dezembro de 1937 trás a tona as questões industriais, priorizando o ensino profissional. Segundo SECAD; MEC, 2007,p.16 o ensino técnico seria “obrigação dos sindicatos,empresas privadas e sobre tudo das empresas rurais”.No artigo 129 diz:

(...) É dever das indústrias e sindicatos econômicos, criar na esfera sua especificidade, escolas aprendizes destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento dessa obrigação, e os poderes que caberão sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

Apenas a constituição de 1946 coloca o ensino primário como obrigatório e direito subjetivo. Mas deixa a manutenção do ensino na zona rural como responsabilidade das empresas privadas, o que acaba prejudicando em muito as escolas rurais. Em 1969, foi promulgada emenda à constituição de 24 de janeiro de 1967 que continha praticamente os mesmos casos, limitava apenas a obrigatoriedade das empresas no que diz respeito ao ensino primário, o qual deveria ser gratuito dos sete aos quatorze anos.

Em 1988 a constituição brasileira se apresenta mais detalhista, colocando a educação como direito de todos e dever do estado como podemos ver na seção I - da educação ,artigo 205:

A educação direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

2.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Educação no Campo

Após os conflitos e discussões que ocorreram entre os anos de 1948 e 1961, foi aprovada a lei nº 4.024-61, que não traz para a zona rural nenhum ganho, pois tem o intuito de promover a educação nas áreas rurais apenas para conter o êxodo rural. Confirmamos isso no artigo 105, que diz que o poder público dará apoio às iniciativas que mantenham nas áreas rurais as instituições educativas orientadas a adaptar o homem no meio em que vive.

A LDB de 1971, lei nº 5 692-71, vem trazendo a idéia de uma escola voltada para o mundo do trabalho, esquecendo-se de atentar para o desenvolvimento do indivíduo.

A apresentação desses projetos evidencia a ineficácia da Lei 5.692 quanto ao ensino fundamental rural e urbano, sem considerar que o 2º grau, no campo, praticamente inexistente. Ao mesmo tempo deixa claro que a escola será apenas arremedo de uma consciência cidadã e sim a formação de instrumentos de produção. (Leite 2002, p. 49).

A LDB de 1961(lei nº 4024-71) e a de 1971(lei nº 5692-71), em nada contribuíram para o desenvolvimento e melhoria da educação nas escolas rurais ao contrario,

acentuaram ainda mais a discriminação e prejudicaram na medida em retardaram mais ainda a implantação de uma educação de qualidade.

Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a saber lei nº9394-96 que surgiu após alguns anos de confrontos de opiniões. Para alegria de uns e tristeza de outros. A nova lei já era esperada após a promulgação da constituição de 1988. Na qual artigo 22, inciso XXIV é colocado que compete à união legislar sobre a educação no país.

Percebe-se que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB-lei 9394-96) a parte que trata da educação do campo está inclusa no capítulo da Educação básica, como se apenas os moradores da cidade tivessem direito ao ensino superior. Isso porque para muitos o campo é lugar de atraso e a oferta da educação básica seria suficiente.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB) artigo 28, na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

2.3 Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo

As conquistas para a educação do campo foram frutos de lutas coletivas dos movimentos sociais, ONGs, universidades etc. Tudo teve início com a primeira conferência Nacional: " Por uma educação básica do campo" de 27 a 31 julho de 1998 na cidade de Luziânia-Goiás, onde educadores e movimentos sociais juntaram-se com o objetivo de recolocar as escolas rurais no lugar de prioridade na educação. A idéia da conferência surgiu durante o I encontro nacional de educadoras e educadoras da reforma agrária (I ENERA), realizado em julho de 1997. A conferência foi promovida a nível nacional pelo Movimento sem Terra - MST, Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, Universidade de Brasília - UNB, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância- UNICEF, e preparada nos estados

através de encontros que reuníramos principais sujeitos de práticas e de preocupações relacionadas à educação do campo.

Mais tarde com as diretrizes organizacionais para a educação básica nas escolas do campo, aprovadas em 2001 propõem-se a adequação da escola a realidade em que esta inserida e ao direito à igualdade, ao respeito e a diferença.

As diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo, trás no parágrafo único do seu 2º a definição de identidade do campo entendida como:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (2002, p.37)

3. Desafios das Escolas do Campo

A população da zona rural, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em 2004, é cerca de 38,3 milhões de cidadãos. Contudo, de acordo com critérios de rural idade, se considerados, a localização dos municípios, a população e sua densidade demográfica, entre os 5.560 municípios do Brasil, 4.490 seriam classificados como rurais, sendo assim, a população total da zona rural seria o dobro dos dados oficiais do IBGE, ou seja, 72 milhões de habitantes. Diante deste fato, vale ressaltar os fatores que contribuem para o mau funcionamento das escolas do campo no Brasil, dentre os quais citaremos: analfabetismo, frequência no ensino fundamental, distorção idade-série, as condições de funcionamento, perfil do professores e transporte escolar.

3.1 Leis Não Cumpridas

“A situação nas escolas rurais é preocupante, faltam escolas para atender os jovens e adultos, falta infra-estrutura e há muitos docentes sem qualificação, falta uma política de valorização do magistério, Há currículos deslocados das necessidades e questões do campo e dos interesses dos sujeitos e o campo detêm os maiores índices de analfabetismo.” (Cerioli, 2002 p .56)

De acordo com a LDB os sistemas de ensino devem promover a adequação da escola a realidade rural, e de maneira especial no que diz respeito aos conteúdos,

metodologias, organização da escola etc. Tudo isso tendo em vista melhorar a qualidade do ensino nas comunidades rurais. No entanto a proposta fica somente no papel, já que o sistema não cumpre com a lei, e as escolas não tem condições nem “autorização” para realizar as adaptações mencionadas na lei, estas subsistem em condições precárias que chegam a ser vergonhosas e imorais. Os professores não tem autonomia para escolher os livros didáticos porque estes são previamente escolhidos pelas secretarias de educação que ao fazerem essas escolhas não levam em consideração as diferenças existentes entre as comunidades que receberão esses livros também para economizar disponibilizam apenas um livro para todo um município. O calendário escolar é formulado no início do ano e embora existam muitas escolas nas zonas rurais não se leva em conta o ciclo agrícola, o período de chuvas. O que acaba infelizmente prejudicando os alunos e muitas vezes fazendo com que os professores tenham a duras penas dar conta dos dias letivos previstos em lei, sem direito a justificativas.

A realidade das escolas do campo merece uma maior atenção, no entanto, as propostas pedagógicas que tomam a realidade do campo como referência são raras dando-se preferência aos parâmetros das escolas urbanas. Além disso os baixos salários dos docentes, as condições de trabalho, currículo escolar, plano de aula, de ensino, plano de carreira e principalmente a ausência de investimentos públicos. Torna urgente a implantação de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento de uma escola rural que possibilite uma educação de qualidade valorizando e respeitando a cultura, os saberes e o modo de vida desse povo.

“ O campo está em um tempo propício a novas políticas educativas. As velhas e tradicionais políticas pontuais, corretivas nem compensatórias, mas serão necessárias políticas públicas que tentem dar conta da complexa e esperançadora dinâmica do tempo.” (ARROYO 2005, p. 98)

Devido ao ideário implantado na educação brasileira ter sido o norte – americano esse ensino veio a ser totalmente voltado para a população urbana no que diz respeito a seus métodos, currículos, objetivos. Por isso, a educação rural desde o início foi marginalizada, não sendo a ela dedicada a atenção devida. Realidade diferente, anseios, maneira de vestir, de se alimentar, de pensar peculiares. Isso tudo seria motivo mais que suficiente para se pensar uma educação especialmente voltada para a zona rural.

Por causa de uma educação descontextualizada para o homem do campo, a escola não tinha muito significado, uma vez que, o aprendizado da profissão tinha sido adquirido com os pais e não pela escola. De forma geral a escola era compreendida como lugar de “contra-educacao-rural”, ou seja, um lugar onde a realidade do campo não era relevante à

formação do ser humano, sentia-se sem importância. E a educação oferecida estava pautada apenas em ensinar a ler, escrever e contar. Educação incapaz de despertar qualquer interesse já que falava uma língua diferente e se mostrava indiferente a realidade rural.

Não se pode esperar que pessoas que moram no campo vivam o processo de ensino aprendizagem da mesma maneira que os moradores da zona urbana. Os moradores dessas comunidades vivem de maneira diferente e muitos até isolados em suas comunidades sem energia elétrica, água tratada, serviços básicos de saúde e nenhum acesso aos meios de comunicação.

3.2 Evasão Escolar e Distorção Idade Series

Existe perante e lei o direito subjetivo à educação. Porém, diante das dificuldades enfrentadas pelas escolas da zona rural não são poucos os que abandonam a instituição, mesmo com o apelo financeiro da Bolsa Família. Essas dificuldades são as mais variadas possíveis: falta de apoio e incentivo por parte da família, necessidade de trabalhar, desnutrição. Muitos não estudam ou abandonam a escola por falta de material escolar, pois acabam usando o dinheiro do bolsa família que deveria ser usado para esse fim, para comprar comida. Abandonam a escola no meio do período letivo, muitas vezes o fazem várias vezes e acaba nunca concluindo nem ao menos o ensino fundamental. Por isso as diferenças em termos de escolaridade média das populações rural e urbana são acentuadas em todas as regiões do país. De acordo com o censo de 2008 o quadro mais crítico está no Nordeste, onde a população rural com 15 anos ou mais tem em média 3,1 anos de estudo, o que equivale a menos da metade da escolaridade média da população urbana brasileira. Tais dados mostram a brutal disparidade existente entre as populações urbana e rural em termos de escolaridade. Outro problema é a distorção idade-série: cerca de 41,4% dos alunos do ensino fundamental na zona rural estão em séries incompatíveis com a idade, devido à desistência e à repetência que são problemas comuns nas escolas rurais.

3.3 Trabalho Infantil e Gravidez Precoce

Outra dificuldade muito enfrentada pelas escolas rurais é a evasão escolar, já que alunos que de uma hora para outra desaparecem da escola sem deixar vestígios, no entanto, esse problema não tem um fim em si mesmo já que quase sempre é consequência de outros.

ensino de qualidade devem ser permanentes quando existe este o debate democrático entre as parte envolvidas. Assim sendo, a escola como um espaço público na defesa dos direitos se faz necessário na medida em possuem políticas específicas que garantam esse direito às pessoas que vivem no meio rural.

Foi a partir dos esforços dos movimentos sociais pelo reconhecimento da educação do campo que as políticas públicas para o meio rural passaram a serem concretizadas, onde tal reconhecimento se deu por meio da aprovação no Conselho Nacional de Educação - CNE, das Diretrizes Operacionais para educação básica nas escolas do campo. É evidente que somente a educação, não resolverá os problemas sociais que vivem as famílias do campo, mas sabemos que ela é necessária, para que as populações que optaram em residir e trabalhar no campo viva com mais dignidade. Mas para isso acontecer, é relevante pleitear propostas de políticas públicas consistentes e condizentes com as diversas realidades rurais do Brasil, para construção de uma escola do campo de qualidade, com estrutura física, e pedagógica adequada, professores melhor remunerados e com formação própria para atuar com essa realidade.

3.1.2_ Os reflexos dos problemas culturais e sociais no processo ensino aprendizagem.

Perguntamos aos professores de que maneira os problemas culturais e sociais comprometem a qualidade do ensino as respostas foram:

Professor A: Devido à precariedade dos transportes o tempo de aula é muito corrido sendo que as crianças já possuem dificuldades de aprendizagem até mesmo pela questão nutricional, tudo isso dificulta em muito nosso trabalho.

Professor B: Por causa principalmente do não comprometimento do poder público, tudo se torna mais difícil, a falta de recurso comprometem muito qualidade do ensino.

Professor C: Devido à precariedade nos transportes o tempo de aula é muito corrido, as crianças são desnutridas não recebem em casa o apoio que deveriam e tudo isso somado dificulta o processo de ensino aprendizagem.

Professor D: O não comprometimento do poder público com a educação no campo é o que mais para a falta de qualidade dessas contribui educação.

Infelizmente todos os problemas sociais e culturais enfrentados pelas escolas no campo refletem de maneira muito forte na qualidade do ensino, e isso não poderia ser diferente. Afinal o ensino vai colocar em evidência a realidade em que se encontra a escola.

É utopia se achar que em uma escola bombardeada por problemas como os que já foram citados acima, possa existir um ensino de qualidade. Como se falar em qualidade do ensino com os professores mal remunerados, comunidades extremamente pobres com crianças desnutridas e anêmicas, com escolas com infra-estrutura comprometida, merenda escolar de má qualidade e insuficiente, pais analfabetos e etc. No entanto, todos esses problemas têm raiz em um único problema: descaso do poder público para com as escolas rurais. Segundo Caldart (2001, p.35):

“A educação básica do campo é uma condição fundamental para o exercício da cidadania dos povos do campo.”

No entanto, para isso esta precisa ser de qualidade, qualidade esta que é assegurada por lei, pois segundo a Constituição Federal de 1988, seção I, Art. 206.

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

Garantia de padrão de qualidade.

Muitos são os fatores que comprometem a qualidade do ensino nas escolas rurais, Caldart (2001p. 46) menciona alguns:

“O plano de carreira, a formação dos professores, a ausência de investimentos públicos, entre outros fatores vem prejudicando o ensino no campo”

3.1.3_ Iniciativas para solucionar os problemas culturais e sociais enfrentados pelas escolas do campo.

Ao indagarmos os professores sobre que iniciativas podem ser tomadas para solucionar esses problemas, obtivemos as seguintes respostas:

Professor A: Reunir a comunidade e conscientizá-la da importância da educação.

Problema B: Cobrar da gestão escolar um maior envolvimento com a comunidade.

Professor C: Acionar o poder público cobrando do mesmo, melhores condições de trabalho.

Professor D: Conscientizar a comunidade para que revidique junto ao poder público, as soluções cabíveis.

Percebe-se em todas as respostas que se faz necessário uma conscientização por parte das pessoas (comunidade) com respeito ao papel da educação e a importância da escola. Por não terem consciência do valor da educação perdem os resultados transformadores que a mesma pode proporcionar.

À medida que a consciência for despertada para os resultados benéficos de uma educação eficaz, surgirá a necessidade de se buscar melhorias e isso através de iniciativas não da escola isoladamente mais da parceria familiar e escola, junto ao poder público, visando o que antes já mencionamos e o que seria um dos objetivos da escola: O pleno desenvolvimento do ser humano.

“Faz-se necessária a implantação de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento de uma escola no e do campo.” (Caldart, 2001 p.32)

3.1.4 - Medidas que a comunidade escolar pode tomar para ajudar a solucionar os problemas sociais e culturais nas escolas rurais

Ao questionarmos os professores a respeito das medidas que a comunidade pode tomar para ajudar na solução dos problemas sociais e culturais, obtivemos as seguintes respostas:

Professor A: A escola deve procurar formar uma parceria com a família (comunidade) e juntas buscarem as soluções.

Professor B: A escola deve primeiramente buscar o apoio da comunidade e unidas cobrarem soluções do poder público.

Professor C: Organizar e aplicar projetos, visando sempre à integração família-escola.

Professor D: Buscar apoio das famílias e da secretária de educação.

Percebe-se que ao falar de medidas para solucionar os problemas em questão, todos os professores mencionam a integração família-escola. E isso é muito relevante já que sabemos que estas instituições não podem andar separadas, uma depende da outra para “funcionar”. Pois para que uma escola seja bem sucedida na árdua tarefa de educar é necessária a participação da família. No entanto para que haja a participação da família a escola precisa abrir espaço para isso através de uma gestão participativa e democrática. A escola precisa se inserir no contexto rural para compreendê-lo e desempenhar melhor seu trabalho, vemos a importância disso nas palavras de Ricardo Cerioli (2000, p.56):

“Os profissionais que trabalham no meio rural precisam estar inseridos no contexto sociocultural e educacional do campo, para que assim possam refletir sobre suas experiências, sobre a escola, sobre como fortalecer a instituição educacional.”

3.1.5-Em que a secretaria de educação pode ajudar na solução desses problemas

Ao perguntarmos aos professores em que a secretaria de educação pode ajudar na solução dos problemas em questão, obtivemos as seguintes respostas:

Professor A: A secretaria conhece, ou pelo menos deveria conhecer a realidade das escolas rurais e por isso mesmo dar uma atenção melhor a essas escolas. Em todos os aspectos.

Professor B: A secretaria deveria disponibilizar mais recursos materiais e humanos para essas escolas que são necessitadas de tudo.

Professor C: Poderia dispor mais recursos financeiros para equipar melhor essas escolas e capacitar os profissionais.

Professor D: Dar mais atenção e apoio financeiro às escolas.

Percebe-se que em todas as respostas, é mencionada a falta de apoio e atenção da secretaria de educação para com as escolas. Os profissionais dessas escolas sentem-se colocados a margem e realmente o são, como estão fisicamente e geograficamente mais distantes acabam por muitas vezes esquecidos, mas isso também é algo que vem de muito tempo, desde a origem da educação do homem do campo. Mas necessariamente não precisa permanecer assim, é viável uma maior cobrança junto a secretaria para que essa situação seja modificada.

“... a possibilidade de alterar a qualidade da relação entre o rural e o urbano, contemplando a diversidade sem consagrar a relação entre um espaço dominante, o urbano, e a periferia dominada, o rural. Para tanto torna-se importante explicitar a necessidade de um maior aporte de recursos para prover as condições necessárias ao funcionamento de escolas do campo.” Ricardo Cerioli (2000, p-17)

3.2 Conceito de Observação

Segundo Barbeta (1999, p.36) a observação é utilização dos sentidos na obtenção de dados de determinados aspectos da realidade.

3.2.1 Observação

Durante o tempo de observação pudemos realmente ratificar todos os problemas analisados por este trabalho. Observamos as condições físicas em que se encontram as escolas, condições muito difíceis, também pudemos perceber que a ausência dos pais na escola é acentuada, e o desinteresse das crianças pelas atividades escolares é visível. Percebemos também que muitas delas após o horário do lanche querem ir para casa.

Os problemas com transportes são frequentes, por vezes as escolas ficam sem aula por problemas mecânicos e atrasos salariais dos motoristas.

Todas as docentes dessas escolas moram longe não tempo nem para fazer planejamento após a aula, pois dividem o transporte com outras colegas de outras cinco escolas e precisam sair no horário marcado para não prejudicar as demais colegas. Mediante

a análise do questionário aplicado, percebemos que a educação rural necessita de muitas melhorias, encontrando-se em situação alarmante.

Em todas as escolas citadas percebe-se que existem muitos problemas que acabam sendo fortes entraves no processo de ensino aprendizagem e em nada contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos moradores dessas comunidades. Nas duas primeiras escolas esses problemas são bem acentuados, podemos relacionar isso ao fato de que além da gestão ter sido indicada, essas escolas não possuem conselhos escolares, nessas escolas não há reuniões periódicas de pais e mestres nem reuniões administrativas. O Projeto Político Pedagógico dessas escolas está decadente com objetivos e metas não atingidas. E como não existem conselhos escolares nessas escolas as mesmas não estão escritas em programas como Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e Programa de Desenvolvimento do Ensino - PDE, programas esses que contribuem muito para melhorar a qualidade do ensino nas escolas.

Poderíamos citar inúmeros problemas que tornam a educação no campo ainda mais difícil, no entanto, listaremos apenas alguns mais percebidos nas escolas mencionadas. A má infra-estrutura das escolas; problemas com transporte escolar não só para alunos, mas também para professores; salas que além de serem insuficientes são pequenas, sem ventilação, algumas abertas onde o vento e a poeira atrapalham a aula, muitas goteiras, pouca iluminação, paredes sujas e cheias de lodo devido há muitos invernos sem reparos ou reformas; pessoal não capacitado e etc.

Em todas as escolas citadas não há também secretárias, diretorias, bibliotecas. Ficando todos os materiais didáticos, papéis documentos, os livros que deveriam estar em uma biblioteca todos em um mesmo recinto. O aparelho de som, a geladeira com parte da merenda que não pode ficar na cantina por falta de espaço e segurança, uma mesa e uma cadeira para a diretora, tudo isso em uma única sala.

Infelizmente mesmo sendo acionada, a secretaria de educação diz não poder fazer muito, pois depende de outros setores da prefeitura para solucionar tais problemas. Problemas esses que são de enorme complexidade e envolvem questões políticas e econômicas, as quais vêm desde o período de industrialização do país. Devido a todos os entraves citados acima os moradores das comunidades rurais desacreditam da escola e isso, somado ao descaso do poder público para com a escola do campo tem se tornado um problema sócio-cultural que está a cada dia tomando mais proporção. Toda essa problemática pode ser solucionada, mas devido à profundidade de suas raízes demandará ainda muito tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez (org.). **Por uma educação do campo**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Escola, cidadania e participação no campo**. Em aberto. Brasília: INEP, v.1, nº. 9, p. 5, 1982.

BRASIL. **Panorama da educação do campo**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007

BRASIL. **Referência para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios**. – Brasília: Secretaria de educação.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das escolas do campo**. Brasília: CNE/MEC, 2002.

BRASIL. **Referência para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios**. Brasília: SECAD/MEC, 2004.

BRASIL. **Revista Brasileira de estudos Pedagógicos/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, v.87, n. 217: Brasília: INEP,2006.

BRASIL. **Revista Brasileira de estudos Pedagógicos/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, v.87, n. 216: Brasília: INEP, 2006.

CALDART, Roseli Salet. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: 2002

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 4ª ed..Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2002.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 2º ed. atual e ampla. São Paulo: Rêspel, 2003.
Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº9394-96, de 20 de dezembro de 1996.

Demo, Pedro. **Avaliação qualitativa**. São Paulo:Cortez,1991.

Gil, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

Minayo, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 1993.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Indignação. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

CALDAR, Roseli Salete. Educação: Identidade e políticas públicas. Distrito Federal, 2002.

VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. Cadernos do Cedes, Campinas.v.27,nº72,maio-agosto.2007p121

SILVA, Fernanda de Sousa. Contexto Histórico e Políticas Públicas da Educação do Campo: Por Tratamento Público da Educação do Campo. Parnaíba, 2008.

APÊNDICE A – Questionário

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ-UESPI
CAMPUS: PROFº ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

QUESTIONÁRIO

Dados Específicos do professor:

Idade _____

Formação acadêmica _____

Tempo de serviço _____

Tempo de serviço na escola _____

1_ Quais os maiores problemas culturais e sócias enfrentados por sua escola?

2_ De que maneira esses problemas comprometem a qualidade do ensino?

3_ Que iniciativas podem ser tomadas para solucionar esses problemas?

4_ Que medidas a comunidade escolar pode tomar para ajudar a solucionar desses problemas?

5_ Em que a secretária de educação pode ajudar, para resolver esses problemas?

APÊNDICE B – Roteiro de observação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI-UEPI
CAMPUS: PROFº ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

1º Quais os problemas culturais e sociais enfrentados pelas escolas?

2º Como esses problemas comprometem a aprendizagem das crianças?

3º Que medidas são tomadas pelas escolas e comunidades para sanar esses problemas?

APÊNDICE C – Termo de consentimento e livre esclarecimento

ANEXO A – Documento TCC monografia

